



## **VIII ASSEMBLEIA GERAL DA OISC/CPLP**

**Brasília – 16 a 19 de Setembro de 2014**



# TEMA

**A contribuição da governação para a melhoria da  
administração pública e desenvolvimento  
nacional**



# PLANO DE APRESENTAÇÃO

## **Parte 1: Introdução**

## **Parte 2: Contexto Nacional nos últimos 20 anos**

**2.1. Ambiente político, governativo e de segurança**

**2.2. Reformas estruturais nos últimos anos para modernizar a administração pública**

## **Parte 3: Conclusões e Recomendações**



# INTRODUÇÃO

No quadro de implementação de algumas medidas susceptíveis de promover a boa governação, nomeadamente, o controlo dos efectivos da função pública, reforma e modernização da administração pública com fito de promover a eficiência, transparência e responsabilização na gestão da coisa pública, o Governo elaborou dois Documentos de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, a saber:

- DENARP I, que cobre o período 2006-2008;
- DENARP II, que irá cobrir o período de cinco anos (2010-2015).



## II. CONTEXTO NACIONAL NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

### 2.1. Ambiente político, governativo e de segurança

Desde a crise político-militar de 1998 a esta parte, a vida pública na Guiné-Bissau, foi marcada essencialmente pela persistente instabilidade política, consubstanciada:

(i) nos sucessivos governos que, em média, não ultrapassavam períodos de governação de seis meses, entre 2000-2004, e dois anos, entre 2004-2009);

(ii) nas sucessivas interferências dos militares nos assuntos políticos e de governação, minando os esforços virados para a consolidação da democracia e do Estado de Direito;

iii) nas condicionalidades da comunidade internacional e subsequente adiamento de apoios por parte dos parceiros de desenvolvimento.

## II. CONTEXTO NACIONAL NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

Na procura de saídas para a situação crítica, o Governo desenvolveu esforços no sentido de dotar o país de um quadro estratégico, susceptível de assegurar a prossecução dos objectivos de melhor governação, e criação de oportunidades de rendimento para as populações. Estes esforços traduziram-se na elaboração dos seguintes documentos:

- DENARP I para o período 2006-2008;
- DENARP II cobrindo o período 2011-2015, capitaliza as conquistas e as lições do DENARP I através dos objectivos que podem ser resumidos em:
  - reduzir a pobreza através do reforço do Estado de Direito;
  - o aumento de crescimento económico;
  - realização dos ODM.



## II. CONTEXTO NACIONAL NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

O DENARP II articula-se em torno de quatro eixos:

- ***Eixo 1:*** Fortalecer o Estado de Direito e as instituições republicanas;
- ***Eixo 2:*** Assegurar um ambiente macroeconómico estável e incitativo;
- ***Eixo 3:*** Promover o desenvolvimento económico durável;
- ***Eixo 4:*** Elevar o nível de desenvolvimento do capital humano.



## II. CONTEXTO NACIONAL NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

### 2.2. Reformas estruturais nos últimos anos para modernizar a administração pública

- Recenseamento biométrico dos funcionários públicos;
- Adopção de uma nomenclatura orçamental harmonizada com as directivas da UEMOA;
- Instalação de um Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas - SIGFIP);
- Adopção de um novo código de investimento e do regulamento da OHADA;
- Estabelecimento de um *guichet* único para facilitar a criação de empresas;
- Criação do Tribunal do Comércio, entre outros.





## II. CONTEXTO NACIONAL NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

- o reforço das capacidades em matéria de formulação de políticas e de planificação estratégica;
- a reforma do quadro jurídico e institucional do sistema de planificação estratégica;
- adopção de um mecanismo permanente de concertação com os parceiros de desenvolvimento para melhoria da gestão e coordenação da ajuda internacional;
- a reorganização e o reforço do sistema estatístico nacional;
- a reorganização e o reforço do Tribunal de Contas e do Gabinete de Luta contra a Corrupção ;
- capacitação dos deputados da ANP no domínio de gestão das finanças públicas;
- melhorar os mecanismos de gestão económica e financeira em todas as instituições da administração pública.



## III. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

### 3.1. Conclusões

- É impossível a existência da boa governação sem instituições superiores de controlo, capazes de contrariar através de mecanismos legais instituídos as vontades de certos gestores públicos que tendem deliberadamente desviar os fundos públicos para os fins pessoais;
- A Ausência de controlo é sinónimo de convite ao qualquer gestor, seja ele público ou privado a prática dos actos ilícitos, nomeadamente, a corrupção e outras formas de enriquecimento ilícito.
- O controlo rigoroso da gestão e aplicação dos recursos de toda a colectividade afigura-se assim como um instrumento vital para o combate a impunidade;
- Perante esses condicionalismos estruturais, não poderá haver condições objectivas para promover a boa governação, a transparência na gestão da coisa pública e fomentar o desenvolvimento socioeconómico sustentável.



## III. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

### 3.2. Recomendações

- Necessidade de uma maior aproximação e mais solidariedade entre os nossos ISC sobretudo, no âmbito de conjugação de esforços com vista a melhorar o funcionamento de cada instituição membro da nossa organização;
- Criação de mecanismos indispensáveis para que possa existir um controlo efectivo sobre quem gere os dinheiros públicos, e por conseguinte prestar contas aos cidadãos, contribuindo desta forma para a consolidação do Estado de Direito e assim elevar o nível de vida dos cidadãos.



**FIM DA APRESENTAÇÃO**

**OBRIGADO PELA VOSSA  
ATENÇÃO!**

